

Desafio e missão no Dia Internacional do Jovem Trabalhador

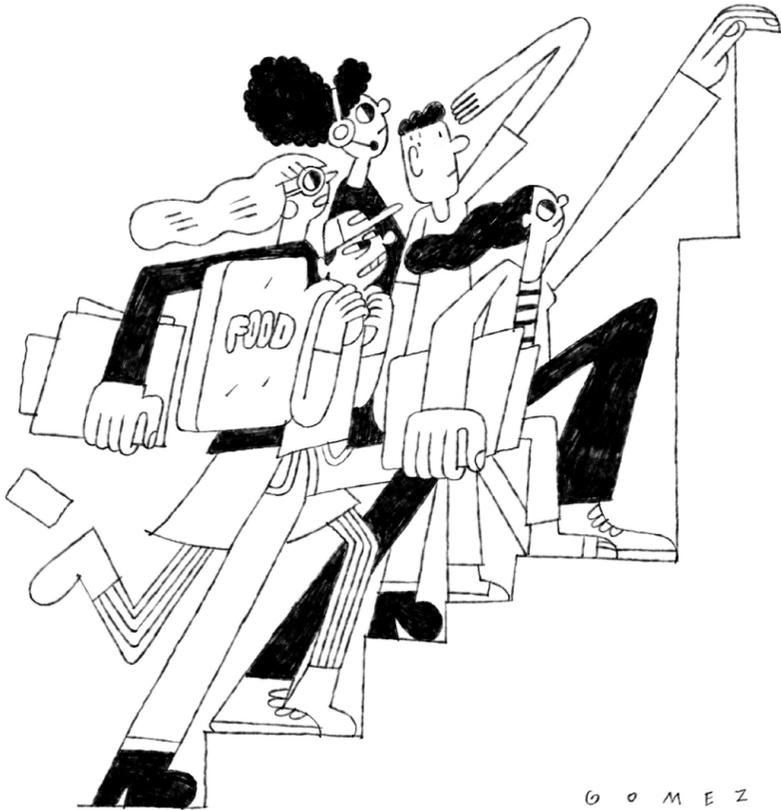
» EMMANOEL PEREIRA
Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST)

Problema crônico no Brasil que se acentua na esteira das crises financeiras, o desemprego atinge níveis estratosféricos e impacta as celebrações deste 24 de abril — Dia Internacional do Jovem Trabalhador. É imprescindível que, a pretexo da data, o poder público e a sociedade civil reafirmem o compromisso com quem, no alvorecer da vida produtiva, não pode ficar desamparado em um mercado competitivo e profundamente influenciável pelas intempéries políticas e econômicas.

Trabalhadores de todas as faixas etárias afligem-se pelo desemprego, porém aqueles que estão nos estágios iniciais da carreira, ou que almejam a primeira colocação profissional, dada a sua pouca ou inexistente experiência, enfrentam mais dificuldades para obter uma vaga. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desemprego entre as pessoas de 18 a 24 anos chegou a 22,8% em 2021 — índice superior ao dobro da média geral, de 11,1%. No caso dos jovens trabalhadores, os números preocupam porque têm se mantido acima do patamar dos 20% desde 2016. E o quadro é pior para mulheres com baixa escolaridade — o que denota a estrutural discriminação de gênero, gargalo que pode se acentuar no futuro. Afinal, jovens trabalhadores desempregados hoje terão menos chances de pleitear boas posições amanhã, em um círculo vicioso e nefasto que prejudicará o próprio desenvolvimento nacional se nada for feito de imediato.

Outro indicador que evidencia a situação absurda é a quantidade de jovens que deixaram de estudar e não trabalham: cerca de 11 milhões no ano passado, conforme levantamento da consultoria iDados. Essa geração, apelidada de nem-nem pela mídia, é o retrato de uma nação que mal consegue suprir as necessidades prementes da população — haja vista que tanto a educação como o trabalho são direitos sociais estabelecidos pelo artigo 6º da Constituição Federal.

Felizmente, conhecemos o conjunto de medidas que nos guiará na busca pela melhoria: os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), que estão em franca implementação e cujos resultados benéficos esperamos colher ainda antes da próxima década. O pleno emprego — em especial para os jovens trabalhadores — é a meta angular,



que será efetivada por meio do cumprimento de alguns dos propósitos listados.

O ODS 4 — “Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” — é o motor da transformação, sem o qual estaremos eternamente fadados à desigualdade. Não basta avançar, precisamos caminhar em igual passo, partindo da mesma base e com iguais condições de êxito. Nesse tocante, é fundamental a observância do ODS 5 — “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” —, que propõe um tratamento diferenciado para as cidadãs que cotidianamente sofrem com o preconceito, impedidas, por barreiras muitas vezes invisíveis, de ocupar os espaços de poder.

Na ausência de políticas públicas eficazes

e marcos normativos adequados, as mulheres permanecerão à margem das instâncias de decisão e representação, seja na esfera pública, seja em âmbito privado, o que é inaceitável. Por fim, o ODS 8 — “Promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e o trabalho digno para todos” — sintetiza a aspiração essencial da Agenda 2030.

O sucesso dessa empreitada depende de colaboração ostensiva, para a qual já contribui a Justiça do Trabalho, através de uma prestação jurisdicional que, além dos direitos e garantias das partes, viabiliza a segurança jurídica necessária para um ambiente de negócios capaz de gerar postos de trabalho duradouros. Nesse cenário, o desafio do jovem trabalhador é qualificar-se; e a nossa missão é protegê-lo das indefectíveis turbulências de um país em busca do desenvolvimento.

Saídas simples

» SACHA CALMON
Advogado

Belo Horizonte é uma cidade de muitas ruas e avenidas e poucos caminhos. A cidade, sua prefeitura, não agrega saídas para melhorar o trânsito nem coloca sequer simples placas sinalizadoras nas principais vias. Saídas há de efeitos altamente positivos para desafogar o trânsito de veículos. Parece até existir uma ideia fixa de um novo anel rodoviário mais longe da cidade inteira. Ora, ajuda, mas dificulta ainda mais o trânsito, pois faltam as raias cruzando o anel. E de ver o metrô de Moscou, o mais racional de todos, intensamente usado com suas suntuosas estações subterrâneas. Lá os seis círculos são cortados por 16 raias.

De certo modo, as regiões Norte e Nordeste tomando como referência a Pampulha e o Mineirão, assim como o Hospital Risoleta Neves, na saída da Cristiano Machado em direção ao Centro Administrativo e ao aeroporto, estão mais bem servidos do que as regiões do centro-sul. Para se ter uma ideia, subindo a BR-040, a que nos leva ao Rio e conduz a muitos condomínios, como Vale do Sereno, Vila Castela, Vila do Conde, Vila Alpina, Morro do Chapéu etc. e principalmente a Nova Lima e ao bairro Belvedere, tem uma única mãozinha para acessar o viaduto do shopping (para todos os que nele quiserem adentrar e cujo adensamento é brutal).

Entretanto, bastaria estender uns 290 metros a rua Raul Luiz Paulo Franco para se chegar à Praça JK, na Bandeirantes, e na Avenida Uruguaí, no bairro Sion, de modo

a sair em plena Avenida Nossa Senhora do Carmo, 700 metros até a Avenida do Contorno, abrindo, extraordinariamente, o trânsito na BR-040 e o direcionamento aos bairros Santo Antônio e São Bento.

De igual modo, se se fizesse pequeno túnel na extensão da Rua Djalma Andrade no Belvedere, no terminal do ramal da CVRD, pertencente à União, sairíamos perto do finado Instituto Hilton Rocha, nas Mangabeiras, resolvendo um gigantesco problema de trânsito de veículos no centro-sul de Belo Horizonte, infartado completamente nos horários de pico, pela manhã, às 14h, e à noite.

Esse mesmo leito, pertence à União e, com suas laterais de seis metros, daria para formar a maior parque urbano de BH na melhor parte do Belvedere, desde a encosta voltada para Nova Lima e o Parque do Jambuí e no Barreiro, na vizinhança da Cidade Industrial. As regiões metropolitanas foram criadas justamente para encontrar soluções metropolitanas envolvendo esforços federais, estaduais e municipais. A BR-040 — para não nos esquecermos de Roberto Carlos, não suporta o tráfego até altura de moeda e deveria estar triplicada pelo menos desde lá até a capital. E ver o trânsito diário e nos fins de semana (saturado).

Aliás a 100km da capital mineira as rodovias que levam a Brasília, Vitória, São Paulo e Rio, no rigor da governança, deveriam, faz tempo, estar duplicadas e ratificadas, como ocorre com São Paulo, Rio e Salvador. A Fernando Dias se liga à Amazonas, passando por

Betim e Contagem, está enfiada em vários lugares. A caminho para o Vale do Aço continua um desastre. Falta indignação e concertação no Estado mais cortado por rodovias no país, depois de São Paulo, para melhorar a situação da capital, a caminho de disfunção grave no trânsito de veículos.

Nada muda na paisagem urbana e, contudo, todos os dias úteis, mais e mais veículos são emplacados (sedans a caminhões). Não há como resistir a tanto sofrimento se não se renova o ambiente da mobilidade suburbana, em prol dos cidadãos, especialmente dos que trabalham e se deslocam por meio de coletivos, trens e ônibus. Os brasileiros estão sofrendo muito nas capitais e cidades médias.

O salário mínimo está, no último ano da administração Bolsonaro, menor que o no primeiro de seu mandato. Dos Brics é o que menos cresceu (Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul), verdadeiro vexame nacional. O país precisa voltar a crescer economicamente. As desigualdades sociais estão crescentes e não decrescentes. Os partidos e candidatos aos governos estaduais, municipais e principalmente à Presidência da República estão obrigados a ter programas prévios de governo. Chega de discursos ideológicos. O povo quer trabalhar, estudar, crescer na vida. Chega! A vida do povo nas regiões metropolitanas precisa entrar no mapa das discussões políticas do Brasil. A mobilidade urbana é prioritária para os cidadãos desse país infelicitado por políticos incapazes.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

O potencial dissipador da reeleição

Assim como as saúvas, o instituto da reeleição deve, o mais rapidamente possível, ser desfeito, antes que devore todo o país pelas beiradas, como vem fazendo desde que surgiu. A nação não pode mais suportar que o uso da caneta, por ocupantes do Executivo, sejam eles presidente da República, sejam governadores, sejam prefeitos, se preste para bancar, via recursos públicos, campanhas à reeleição desses próceres, que, logo no primeiro dia da posse, é posta em marcha.

As modalidades usadas para escamotear o uso do dinheiro do pagador de impostos para promoção desses políticos são infinitas, assim como a capacidade de a Justiça eleitoral e outros órgãos de não enxergar esses ilícitos. O uso da máquina pública para alavancar políticos, mesmo aqueles para os quais, as leis são meros e insignificantes detalhes, tem sido a tônica geral em todo o país, a começar pela esfera federal.

Os fundos Eleitoral e Partidário e as emendas de relator, de bancada e individuais, que movimentam e sorvem dezenas de bilhões de reais dos cofres públicos, e que, à primeira vista, parecem não ter relação direta com o instituto da reeleição, representam, numa análise mais detida e acurada, um coeso conjunto de consequências malfezidas advindas, justamente, da possibilidade de reeleição. São como filhos bastardos desse modelo, a depauperar a sociedade, tornando-a refém de um esquema criado apenas para gaudir da classe política e para a perpetuação de uma elite que parasita o Estado. Os entraves políticos ao futuro do país, representados pela impossibilidade de prisão em segunda instância, pela indiferença aos requisitos da ficha limpa, pela negação ao fim do foro de prerrogativa, entre outras barbaridades legais, são direta e indiretamente frutos da reeleição e dela se nutrem.

Assim como a ignorância, no sentido de afastamento da verdade, é considerada, dentro da ética, da filosofia e mesmo da teocracia, a mãe de todos os males, é possível afirmar que o instituto da reeleição entre nós está no cerne da maioria de nossos problemas atuais. Senão de todos, pelo menos, de grande parte deles. A persistência e o caráter cíclico das crises institucionais que temos presenciado nas últimas décadas, opondo os três Poderes entre si, provocando insegurança e medo de um retorno a soluções anticonstitucionais, têm, no seu DNA, elementos oriundos do modelo de reeleição.

A utilização da população como massa de manobra, desprovida de direitos mínimos de cidadania, chamada apenas nos períodos eleitorais para chancelar uma miríade de embustes, abrigados em partidos, que são verdadeiras empresas privadas, também tem sua origem nessa famigerada possibilidade de reeleição. O controle das legendas partidárias sobre o processo eleitoral e a própria democracia, impedindo o voto distrital ou as candidaturas avulsas, é uma reverberação do instituto da reeleição.

Com a reeleição, veio, além do reforço da conhecida impunibilidade da classe política, o aumento exponencial nos casos de corrupção, que fazem de nosso país um modelo a não ser adotado, em tempo algum, pelos países civilizados. Fôssemos analisar o processo da reeleição, que é uma verdadeira dialética, veríamos que esse modelo, ao ser introduzido em nosso ordenamento político, vem se mostrando como elemento que, por seu potencial intrínseco e dissipador, contém, em si, todo o potencial que, de dentro e de fora, consumirá nosso modelo de democracia, destruindo, inclusive, quaisquer traços de Estado democrático de direito e outras conquistas trazidas pela desidratada Carta de 1988. É pouco?

» A frase que foi pronunciada

“Um mau aluno poderia ser um presidente do mal?”

Fernando Haddad, pensando no erro que cometeu no Twitter

200 anos de Independência

» A visita do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, a Portugal rendeu um registro importante para a história. Depois das reuniões com o prefeito de Coimbra, José Manuel Silva, o reitor da Universidade de Coimbra, Almirante Falcão, e com o presidente da Assembleia da República, Augusto Santos Silva, foi lançado o livro *Vozes do Brasil*, uma seleção de 21 panfletos políticos publicados no Brasil e em Portugal entre os anos 1821 e 1824. A notícia foi dada pela Agência Senado.

Mais que merecido

» Está marcada para maio a votação, na Câmara dos Deputados, do piso salarial de profissionais de enfermagem. A deputada federal Carmen Zanotto (Cidadania-SC) coordenou as discussões sobre o assunto. Os estudos sobre o impacto desse aumento continuam até o próximo mês. Em entrevista à Agência Câmara, a deputada explicou o imbróglio: “Por exemplo, os serviços de hemodiálise são privados, mas 95% dos serviços de hemodiálise do país são prestados para o SUS. E tem os filantrópicos, também conhecidos como Santas Casas. Quando a gente fala em colocar mais recurso no Fundo Nacional de Saúde (FNS) é para atender àqueles que estão dentro do Sistema Único de Saúde, os filantrópicos. Porque para o exclusivamente privado, a desoneração da folha resolve”.

» História de Brasília

O deputado Raul Pilla acusa o sr. João Goulart pelo não funcionamento do regime. Ora, se um homem pode atrair um regime, é mais fácil o regime não prestar, que o homem. (Publicada em 21/2/1962)